

# Superior Tribunal de Justiça

**AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 930.012 - RS  
(2016/0148237-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**AGRAVANTE** : FUNDAÇÃO PETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL PETROS  
**ADVOGADOS** : ALVACIR ROGÉRIO SANTOS DA ROSA - RS017480  
ERICH ADOLFO SILVA WEINSTOCK - RJ033872  
CLAUDIA CRISTIANE GOMES DE MORAES - RS049425  
DAYANNE ALVES SANTANA - DF036906  
RODRIGO LOPES DOS SANTOS E OUTRO(S) - RS071213  
**AGRAVADO** : ELY DOS SANTOS RODRIGUES  
**ADVOGADOS** : CÍCERO TROGLIO - RS024537  
CÉSAR VERGARA DE ALMEIDA MARTINS COSTA - RS028947  
ANDRE DIAS RIBEIRO E OUTRO(S) - RS071544  
**INTERES.** : BRASKEM S/A  
**INTERES.** : PETRÓLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS

## EMENTA

AGRAVO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. PREVIDÊNCIA PRIVADA. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. PEDIDO DE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. INTERESSE DA UNIÃO. LITISCONSÓRCIO PASSIVO NECESSÁRIO AFASTADO PELAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. COMPETÊNCIA. JUSTIÇA ESTADUAL. SÚMULA 42/STJ. RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. AGRADO DESPROVIDO.

1. *"Compete à Justiça Estadual processar e julgar litígios instaurados entre entidade de previdência privada e participante de seu plano de benefícios"* - Entendimento firmado em Recurso Repetitivo (REsp 1.207.071/RJ, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 27/6/2012, DJe de 8/8/2012).

2. A entidade fechada de previdência complementar tem personalidade jurídica de direito privado, diversa daquela da União, não se justificando o estabelecimento da competência da Justiça Federal para o julgamento da demanda (CF, art. 109). Formada a relação processual por pessoa física, promovente, e entidade de previdência complementar, promovida, a competência para o julgamento da causa é da Justiça Comum estadual (REsp 1.242.267/ES, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJe de 7/3/2013).

3. Agravo interno não provido.

## ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima

# *Superior Tribunal de Justiça*

indicadas, decide a Quarta Turma, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Maria Isabel Gallotti, Antonio Carlos Ferreira e Marco Buzzi (Presidente) votaram com o Sr. Ministro Relator. Impedido o Sr. Ministro Luis Felipe Salomão.

Brasília, 19 de setembro de 2019 (Data do Julgamento)

**MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
Relator

